

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES DE GOIÁS (IPMS/GO) (1964-1985)

Manuela Cerqueira Martins*

Introdução

O golpe de 1964 foi instaurado e legitimou-se não somente por meio do uso sistemático da repressão, mas também por meio da utilização de um discurso ideológico fundamentado na defesa da ordem, no expurgo do comunismo e na valorização da moral. A elaboração desse discurso remonta ao período de criação da Escola Superior de Guerra²⁹, em 1949, fundada com o objetivo de elaborar estratégias militares e de desenvolvimento para o país. A ESG encarregou-se, então, de estudar a nação, compreender as suas especificidades e produzir a doutrina de Segurança Nacional, que teve como principal preocupação, após 1964, encontrar meios para a institucionalização da suposta revolução.³⁰ Neste aspecto, o que nos interessa, é o discurso moral que sustentou o regime de exceção, especificamente à forma como esse discurso incidiu sobre as mulheres indicadas nos IPM's do Estado de Goiás. Para viabilizar essa análise, elaboramos um levantamento das mulheres mencionadas nas quase 1400 páginas do arquivo, evidenciando os dados pessoais, as causas do indiciamento, as organizações às quais elas supostamente pertenciam e as narrativas que embasavam o indiciamento.

Os Inquéritos policiais militares do Estado de Goiás foram publicados em forma de livro em 2016, em dois volumes, a partir de uma iniciativa conjunta da Universidade Federal de Goiás com a Anigo- Associação dos Anistiados Políticos de Goiás, e reúnem os inquéritos resultantes

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG).

²⁹ A criação da Escola Superior de Guerra está profundamente atrelada às contingências internacionais. O período de guerras, e a guerra fria fizeram necessário elaborar uma estratégia de Segurança Nacional eficaz aos novos parâmetros. A ESG foi inspirada nos moldes do *National War College*, todavia, diferente deste, possuía como função central pensar e encontrar soluções para os problemas da nação. Possuía orientação majoritariamente anticomunista e considerava segurança e desenvolvimento como sinônimos.

³⁰ Em "ESG: História de sua doutrina", o desembargador Antônio Arruda (1980) escreve uma síntese elogiosa da história da Escola Superior de Guerra. O autor, que ocupou cargos de chefia na Instituição, produz, por meio da utilização de arquivos restritos, um interessante documento histórico que, a despeito do tom propagandístico, exprime com clareza o objetivo da Escola. Ao longo do texto, o autor mostra que foram formadas várias turmas de estagiários, após 1964. Incumbidas de desenvolverem trabalhos que fornecessem base para a institucionalização do "processo revolucionário" (ARRUDA, 1980, p.233).

dos arbítrios do regime ditatorial no Estado durante todo o período de sua duração (1964-1985). É ressaltado pelos organizadores que apesar da documentação ser extensa e fundamental para descortinar as violências e incongruências do regime, ela foi previamente submetida a triagem por órgãos do governo e por militares. A documentação está sistematizada em capítulos temáticos, em sua maioria com breves textos introdutórios e constantes notas salientando tratar-se do discurso do algoz que ostentava informações e confissões obtidas por meio de violências e que, portanto, não correspondem ao real, e sim evidenciam a forma como eram representados os opositores do regime e os contornos do discurso que justificava os indiciamentos.

A ditadura em Goiás

Em Goiás, a luta pela democracia e a resistência ao autoritarismo iniciou-se ainda antes da instauração do governo militar. A administração de Mauro Borges (1961-1964) corroborou para esse levante precoce. O governador posicionou-se favorável à posse da presidência da república por João Goulart em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, causando grande mobilização popular.

O governo de Mauro Borges foi marcado por momentos radicalmente distintos. Pleiteou o cargo tendo apoio indireto do PTB e ao ser eleito, incorporou importantes nomes da esquerda goiana aos quadros institucionais. Seguiu, conforme dito, integrando a Cadeia da Legalidade em prol da posse de João Goulart, mas distanciou-se das pautas da esquerda e fez parte, ainda em 1963, da conspiração que depôs o presidente e instaurou o regime de exceção. Evidenciando o caráter singular da articulação golpista em Goiás, Mauro Borges foi vítima direta da intervenção militar, tendo sido afastado do cargo em novembro de 1964, por gerar desconfianças e descontamentos devido sua aproximação anterior com opositores do regime. A queda do governador foi vista com satisfação pelos membros da UDN e pela família Caiado, os mais antigos adversários políticos de Mauro Borges, que receberam o golpe com louvor, considerando-o uma revolução responsável por restabelecer a ordem no Estado (PRADO, 2014).

A despeito de sua posição favorável à instauração do regime, a iminência da deposição do governador Mauro Borges, em novembro de 1964, foi decisiva para a articulação dos movimentos de esquerda em prol da legalidade no estado, sobretudo, do movimento estudantil que possuiu grande destaque nas lutas. Todavia, a articulação popular não foi suficiente para evitar a derrocada do governador democraticamente eleito e em 26 de novembro Mauro Borges foi deposto, tendo sido indiciado nas páginas dos IPM's considerado como não apenas

responsável, mas conivente com a infiltração comunista nos quadros do governo do Estado (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.48):

1) *Em face do que se viu em a exposição sintética anterior retirada do depoimento de várias testemunhas, e tendo em vista a constatação com o depoimento do Governador MAURO BORGES (ficam inteiramente) facilmente se conclui que os vários órgãos CERNE eram oficialmente ligados para propaganda subversiva e revolucionária.*

2) *Sem dúvida que toda a orientação tendenciosa de extrema esquerda, de que os órgãos de difusão do Estado tanto se impregnaram, quando mais não fosse, contava com a convivência, a tolerância e a complacência criminosa de MAURO BORGES, responsável maior em todo esse peso de subversão da ordem política e social.*

3) *Não há como dissociar a autoridade do Governador dos inúmeros e repetidos atos criminosos de pregação comunista e esquerdizante da imprensa oficial do Estado.*

Ao governador é atribuída também a responsabilidade por uma suposta articulação com o comunismo internacional. O IPM menciona a visita de Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia socialista, à Goiânia³¹, em setembro de 1963, como uma das principais provas da subversão de Mauro Borges. O relatório menciona ainda que o governador possuía ciência e acobertava a ação de militantes financiados pela Polônia e por Cuba (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.63).

O movimento estudantil em Goiás: mulheres e resistência

No primeiro volume da reunião dos IPM's estão disponibilizados os relatórios produzidos pela Comissão de Investigação contra os estudantes em Goiás. São pouco mais de 100 páginas contendo detalhes das incursões do regime contra a mobilização estudantil. Conforme anteriormente exposto, o movimento estudantil foi o maior responsável pela articulação contra o regime. Os principais pontos de encontro dos jovens eram os colégios Pedro Gomes e o Lyceu de Goiás. O protagonismo era dos secundaristas, mas participavam também os alunos da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Católica (UCG). Cruz (2013) evidencia as conexões existentes entre as instituições de ensino, apontando, fundamentalmente, o forte envolvimento das jovens estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG)³² na mobilização. Deste modo, o movimento estudantil nos interessa por se constituir como o

³¹ BITTENCOURT, Edmundo; BITTENCOURT, Paulo. Tito não foi visitar Minas porque segurança era pouca. Correio da manhã. Rio de Janeiro, nº 21.617, 22 set. 1963.

³² [...] as estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG) começaram um movimento contra um projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa, no final de 1967, que mudava o nome do Instituto de Educação para Escola de Educação Antônio Caiado (nome do avô de Ronaldo Caiado, da UDR) [...]” (DUARTE,1998, p.131).

principal meio de ingresso das mulheres na política e na vida pública. Abordaremos esse aspecto nos parágrafos que se seguem.

O papel central do movimento estudantil contra o regime é constatado por meio da observação dos dados apresentados pela historiadora Teresinha Duarte (1998). O movimento estudantil secundarista, foi responsável por compor 90% do quadro presente nas mobilizações das ruas (p.130). Além de seu forte caráter mobilizador, o movimento se constituiu como local essencial para a formação dos militantes, oferecendo base teórica para a organização e fornecendo quadro de pessoas para os partidos da esquerda. A notoriedade obtida pelos estudantes na resistência ao regime militar é oriunda da incipiência e do vazio dos movimentos sociais no Estado. Além disso, a força dos estudantes também deve ser analisada como produto da intensa circulação de ideias “revolucionárias” que moveu a juventude internacional dos anos 1960.

A relação estabelecida entre o movimento estudantil goiano com grupos militantes de outras regiões do país, é frequentemente reiterada nas páginas dos IPM's. Ao apontarem as causas do indiciamento da estudante Alda Maria Borges³³, os redatores do documento atentam para o fato de a jovem ter participado do curso sobre o método de alfabetização Paulo Freire, em Recife; e referem-se a Goiás e a Pernambuco como os dois Estados mais “comunizados” do país. Embora trate-se do discurso militar sobre os estudantes, a passagem elucida a força e o alinhamento estudantil goiano à uma agenda de luta nacional, e, principalmente, evidencia o impacto que essa atuação causava sobre o regime. Uma segunda constatação a ser pontuada e que confirma o argumento anteriormente exposto, consiste na observação da articulação pública e política obtida pela estudante por meio da participação no movimento estudantil (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.88).

A política, uma área de atuação pública, era considerada um espaço de exercício exclusivo do poder masculino. As mulheres consideradas portadoras de uma essência dócil e maternal, não possuíam os atributos necessários para ocuparem esses espaços. Essa desqualificação do feminino é dotada de historicidade, e é oriunda diretamente da distribuição de papéis de gênero que delegou às mulheres a atuação estritamente privada, doméstica; e aos homens, o domínio do espaço e das tarefas públicas (PERROT, 2005).

Consideramos gênero como o discurso que fundamenta as diferenças dos sexos. Todavia, essa diferenciação não parte da biologia, o contrário, ela a consolida. Esse discurso baliza

³³ Estudante de Filosofia/UFG. 24 anos. (Codinome Anita). Foi indiciada por pertencer ao movimento estudantil e ser uma das dirigentes do MEB (Movimento de Educação de Base) (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.88).

as relações sociais e incide diretamente sobre as estruturas políticas e culturais. É uma categoria de análise dinâmica, carregada de historicidade. Deste modo, objetivamos evidenciar, por meio da análise dos Inquéritos Policiais de Goiás, que a categoria gênero incidiu sobre o indiciamento das mulheres apontadas em suas páginas e, ainda, que integrava o discurso ideológico do regime (SCOTT, 1998).

O discurso ideológico elaborado pelo regime civil-militar estava alinhado às demandas da cultura política nacional. Utilizamos o conceito apresentado por Motta (2013) que define cultura política como um conjunto de práticas e representações, valores e tradições, responsáveis por formar a identidade coletiva por meio de interpretações partilhadas do passado. Em linhas gerais, considera-se a existência de um imaginário social responsável por elaborar representações que formam a comunidade política. As características da cultura política nacional³⁴ que mais nos interessam são o autoritarismo e o personalismo, que consideramos serem fundamentais para a manutenção e legitimação do discurso golpista fundamentado pela moral, e, também, em decorrência de sua importância para perpetuação da ausência de uma tradição democrática no país.

Uma das estratégias militares para desarticular publicamente a oposição residia na desqualificação moral dos militantes. Todos os militantes eram vitimados por essa ação, todavia, as mulheres militantes eram duplamente atacadas: primeiro por serem mulheres e ousarem sair do âmbito privado e se envolverem com a política concebida como área exclusiva de atuação masculina; e segundo, por se oporem ao regime militar.

Como dito, o regime legitimou-se por meio de práticas discursivas, mas efetivamente se manteve através do uso sistemático da violência. Ressaltamos que em Goiás, a intensa violência da repressão mobilizou setores da Igreja Católica em defesa dos jovens militantes vitimados pela ação policial. Martins Filho (1998, p.09) sinaliza que em 1968, ano de acirramento da mobilização estudantil contra o regime país afora, os confrontos entre os estudantes goianos e a polícia foram marcados pelo recrudescimento da violência a ponto de destoar do padrão observado nos outros Estados.

³⁴ As características formadoras da cultura política apresentadas pelo historiador, são: a) patrimonialismo – considerado uma herança ibérica responsável pela constante confusão entre os bens públicos e privados; b) personalismo – escolhas políticas baseadas na identificação com o indivíduo e não com um projeto político; c) elitismo – exclusão popular dos espaços públicos de decisão; d) ausência de identificação com os partidos políticos e abstenção eleitoral; e) flexibilidade/conciliação – tendência a negar/escamotear os conflitos e as diferenças sociais; e o f) autoritarismo – identificação com valores ambíguos que conciliam democracia e autoritarismo.

O esfacelamento do movimento estudantil em Goiás, corresponde diretamente ao período de acirramento da repressão, por meio da instauração do Ato Institucional nº 05, de 13 dezembro de 1968, e do decreto de Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, que imputaram a mobilização à clandestinidade, impossibilitando a articulação do movimento em seu principal espaço de atuação – os colégios (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.1279-1280).

As mulheres e a ditadura civil-militar

A repressão possuía um aparato amplo e complexo, que, conforme anteriormente dito, constituía-se não somente por meio de um ideário político, mas, essencialmente, através de uma estrutura ideológica responsável por instituir padrões de comportamento. Sendo assim, compreendemos que no cerne da ideologia militar existia um modelo de mulher ideal, que dialogava diretamente com as perspectivas em voga e que valorizava a mulher doméstica, dócil e obediente, evidenciando-se assim, que o discurso repressivo não se construiu isolado da sociedade, mas foi produto direto da cultura política em que estava inserido.

Os anos 1960 inauguraram o ingresso das mulheres na vida pública no Brasil, reflexo direto da Revolução Sexual e do feminismo internacional. É fundamental salientar que, embora esses movimentos tenham reverberado no país e levado as mulheres à gradualmente ocupar espaços, houve durante muitos anos a negação veemente do termo e das pautas feministas, sobretudo, dentro das esquerdas, onde a causa revolucionária e as questões de classe eram consideradas o centro de todos os debates e ações.

Evidente que a crescente atuação pública feminina não se restringiu somente a luta revolucionária. Em 19 de março de 1964, ocorreu em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela liberdade, evento que reuniu mais de 500 mil pessoas na praça da República e que se alastrou pelo país nos dias subsequentes, evocando o salvamento contra o comunismo, ou, já nos dias iniciais de abril, prestando salvas à suposta revolução instaurada pelos militares. À frente da organização das marchas que mobilizaram o país em 1964, estiveram inúmeros grupos conservadores femininos que contaram com o imaginário social e o repertório simbólico e discursivo do período para convocar as mulheres para as ruas para lutarem pelos valores cristãos, democráticos, anticomunistas e pela família, instituição da qual deveria ser devota (FOLHA DE SÃO PAULO, 1964, p.25):

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos. Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua

ditadura retrógrada, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China. Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às Igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos. (...) Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem às nossas Igrejas! Compareça à “Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que será realizada dia 19, partindo Às 16 horas da Praça da República para a Praça da Sé..

O chamamento publicado nas páginas da Folha de São Paulo permite observar qual a conduta pública era esperada das mulheres pela direita em ascensão. A valorização da mulher-mãe, irmã, responsável pelo lar, sinônimo de docilidade e cuidado.

A imagem construída sobre as mulheres envolvidas com a militância política assume contornos distintos e ambíguos. O general Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do Rio de Janeiro, concedeu uma entrevista publicada no livro “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão” (1994), onde, ao ser questionado se ao longo de sua trajetória admirou algum inimigo, responde que não, mas que se deparou com casos notáveis de valentia, dentre eles, o da militante Aurora Maria do Nascimento Furtado, da Ação Libertadora Nacional (ALN), que foi abordada por policiais enquanto cobria um “ponto” junto com um companheiro, por serem confundidos com traficantes. O general relata que a militante não hesitou em tirar uma arma da bolsa e atirar contra o rosto de um policial para que seu companheiro pudesse fugir. Ele segue dando detalhes da ação que culminou no assassinato sob intensa tortura da jovem, e pontua (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.77):

Eu conheço vários casos desses, geralmente de mulheres. Porque as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. É a minha experiência. São muito mais cruéis e muito mais ferozes que os homens. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, enquanto estavam agindo, tinham que ser postas de castigo pela própria chefia – pode perguntar a eles –, porque se excediam.

A fala do general permite observar duas constantes na descrição das militantes – a primeira refere-se à desumanização, à categorização dessas mulheres como irracionais, ferozes, raivosas, e a segunda, reforça a ideia da subserviência feminina, aludindo a necessidade de tutela e castigo, aplicados, obviamente, por homens.

As diferenças de gênero norteavam não somente as práticas discursivas, mas também as torturas que eram destinadas às mulheres. Mariana Joffily (2011), aponta, por meio da análise comparativa dos regimes de exceção que atingiram os países do Cone Sul a partir da década de 1950, que a incidência de violência sexual era maior entre as mulheres militantes, que entre os homens militantes. Concordamos com a autora que ressalta que esse dado não objetiva atenuar a brutalidade das torturas infringidas contra os homens militantes, tampouco, vitimizar as

mulheres, objetiva-se exclusivamente evidenciar que a desigualdade de gênero existiu durante a ditadura militar e orientou o seu aparato repressivo.

As mulheres militantes também experimentavam as desigualdades de gênero dentro das organizações de esquerda. Em “O gênero da esquerda em tempos de ditadura”, Cristina Scheibe Wolff (2010, p.150), trabalha com testemunhos de diversas militantes que esclarecem que apesar de serem bem-vindas no movimento, eram inferiorizadas e postas em cargos de subserviência. Um dos depoimentos utilizados pela historiadora para embasar tal afirmação é o de Crimeia Alice, que foi guerrilheira no Araguaia e explica que sua ida para o campo causou uma certa instabilidade entre os membros da organização, visto que não sabiam como incorporar uma mulher à luta armada, tendo ainda aqueles que se posicionavam contra a sua ida, e os muitos que agiam com indiferença. A militante diz ainda que foi muito pressionada, pois foi a primeira mulher a ir para o campo e o sucesso de sua participação era o fator que determinaria a incorporação de outras mulheres à guerrilha armada.

A representação feminina nos IPM's de Goiás

Construímos a análise da representação feminina nos IPM's a partir da elaboração de um levantamento de dados de todas as mulheres indiciadas nas páginas do arquivo³⁵. Localizamos um total de 137 mulheres. É necessário ressaltar que não é possível afirmar com exatidão a quantidade de mulheres que foram indiciadas nos relatórios, visto que há inconsistências nas informações. Alguns nomes foram indiciados mais de uma vez, portando apenas pequenas alterações de grafia, possibilitando supor que se tratava da mesma pessoa. Outros casos são os das militantes de que sequer se conseguiu o nome completo para o indiciamento, sendo várias com o sobrenome “Tal” e nenhuma informação pessoal. Outra ressalva advém do uso dos codinomes. Após coletarmos e cruzarmos os dados, observamos que muitos codinomes utilizados que se referiam à uma mesma pessoa.

A maior parte dos indiciamentos possui relação direta com o pertencimento ao movimento estudantil, sendo que um dos aspectos mais repetidos nos relatórios diz respeito a participação das mulheres, professoras e estudantes, no curso sobre o método de alfabetização

³⁵ Foi possível integrar a esta análise apenas as mulheres que tinham informações pessoais e que contavam com alguma forma de descrição.

Paulo Freire³⁶ e no curso sobre marxismo ministrado pelo professor Jacob Gorender (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.104, 117 e 155).

- Como funcionária do ICP a indiciada participou de um curso sobre o método de aprendizagem para adultos do Prof. Paulo Freire, realizado em Recife idealizado pelo CERNE e custeado conseqüentemente pelo governo do Estado, o grande interessado no aperfeiçoamento de seu contingente encarregado de transmitir sua mensagem ideológica subversiva.

- É comunista. É agitadora. É subversiva. Frequentou, sob às custas do governo MAURO BORGES o curso de alfabetização do Prof. Paulo Freire, seu método e sistema, realizado em Recife.

-Sua admiração por esse método de alfabetização, seu pensamento político não deixa dúvida. Ela é realmente comunista.

Frequenta constantemente todas as reuniões de todas as células comunistas existentes em Goiânia, onde costuma fazer suas pregações sempre em companhia de destacados próceres marxistas [...]. [...] Frequentou o curso do professor Jacob Gorender, em companhia de outros defensores e pregadores da doutrina leninista.

-Pessoa altamente instruída, sócia da Associação Cultural Feminina de Goiás. Disse que se a Constituição permitir a legalização do Partido Comunista do Brasil julga que deve funcionar como outro qualquer. Tem lido muito Marxismo-Leninismo e fez o curso de Marxismo-Leninismo - do Prof. JACOB GORENDER e participou de seu encerramento.

A transcrição dos trechos do documento permite observar como a construção do argumento da prova de subversão é frágil, e depreende completamente dos interesses militares. Um exemplo que ilustra a inconsistência da narrativa elaborada pelo regime, pode ser observado no texto utilizado para fundamentar o indiciamento da jovem Elizabeth Hermano, acusada de subversão. O relatório aponta que “A evidência para considerá-la comunista é cristalina, parece não só pelos atos bastantes comprovados como também traz na hemoglobina do sangue o vírus da subversão que corrompeu toda a família” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.104).

Na sequência, são apresentados outros argumentos para comprovar a subversão de Elizabeth, mas interessa-nos, evidentemente, mostrar como não havia preocupação em fundamentar um indiciamento policial partindo-se de um apelo leviano e sem validade jurídica. Ressaltamos, porém, que esse discurso está diretamente alinhado com a ideia que justifica a ação militar – a crise moral – que permeava o país e já se encontrava no seio das famílias.

Além do caso de Elizabeth Hermano, vários outros indiciamentos são construídos de forma frágil, fundamentalmente, em decorrência da ausência de informações sobre as militantes. Muitas mulheres foram indiciadas como comunistas ou subversivas apenas por terem

³⁶ O método Paulo Freire foi desenvolvido pelo educador no início dos anos 1960, enquanto ele foi Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife (BRANDÃO, 1981).

proximidade com algum militante, não se podendo comprovar que partilhavam das ideias ditas subversivas. Esse aspecto é, por vezes, assumido pelos próprios redatores dos relatórios, existindo, nos arrolamentos, uma sessão destinada aos militantes, homens e mulheres, de que não se pôde concluir pertencimento ou atuação partidária por ausência de informações.

A pluralidade de fatores que eram considerados ofensivos à Segurança Nacional e figuravam como motivos para indiciamentos, é evidente no texto que indicia a estudante Valéria Gomides Netto Salles (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.382):

No ano de 1967 a mesma escreveu um artigo para o jornal estudantil da Escola de Comércio Wagner Estelita Campos, intitulado: "Uma Análise ao Capitalismo", trabalho este solicitado por um professor como trabalho escolar e, com a instalação do IPM, esse artigo serviu de base para que fosse pedida a sua prisão, por ser considerado, à época, como ofensivo à Segurança Nacional.

A despeito das grandes lacunas de informações pessoais e de justificativas inconsistentes³⁷ para sustentar os indiciamentos, é possível identificar marcas de gênero conduzindo as narrativas. A priori, identifica-se uma narrativa que infantiliza, vitimiza e dociliza as militantes, que justifica o seu envolvimento com as organizações de esquerda por ingenuidade (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.153-155):

Com 22 anos de idade, natural de Goiânia, estudante e professora, residente nesta Capital.

É a presente, indiciada MARIA JOSÉ JAIME, talvez uma vítima da imposição desenfreada do idealismo comunista, que esparramou o governo deposto e seus auxiliares por todo o território nacional, absorvendo consciências e estigmatizando o comportamento das massas com os entorpecentes de suas tiradas demagógicas.

Pouca culpa lhe cabe diretamente, o próprio governo goiano seguindo de perto a linha do governo deposto deu-nos como exemplo o quanto já ia corrompido o sistema democrático brasileiro. [...] Assim sendo MARIA JOSE JAIME estudiosa e inteligente, foi apanhada pelo laço urdido pelo próprio Estado [...].

[...]

Como acima dissemos MARIA JOSÉ JAIME foi mesmo contaminada pelo vírus comunista do governo MAURO BORGES, que encontrou na sua incompleta formação de adolescente um terreno com humus propício a seu desenvolvimento. Sua culpa, reafirmo, é do próprio governo. Mas, sua capacidade de entendimento é a promotora de sua acusação. É comunista.

Observa-se que o discurso moral da repressão parte primordialmente de um lugar onde a militante não é considerada exclusivamente subversiva, mas sim, aliciada por algo ou alguém,

³⁷ Ressalto que apesar das brechas encontradas em alguns relatórios militares, o aparato da repressão contava com uma enorme rede de informações sobre os militantes, visto que contavam com diversas táticas de espionagem e infiltração (FICO, 2001).

vítima das circunstâncias, como se não fosse capaz de tomar suas próprias decisões sem ser tutelada.

Em extremo oposto, mas também alinhado ao discurso ideológico que conduzia os indiciamentos, há as militantes que são representadas como elementos de alto grau de periculosidade, tendo características como agressividade e raiva ressaltadas nas descrições (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.103 e 127-129):

-"Funcionária pública estadual lotada na OSEGO. De todos os elementos do partido comunista em Goiás, Eleuse Machado, talvez por sua condição de mulher, vem a ser um dos mais perigosos por se tratar de pessoa técnica e intelectualmente para o processo de bolchevizar o Estado de Goiás. Comunista confessa, subversiva notória e agitadora respeitada até mesmo por seus companheiros de pregações ideológicas.

- Dentro dos elementos vinculados ao CERNE, JERUSIA FRANCO DE OLIVEIRA, aparece com destaque especial, vez que embora seja a regra geral adotada pelos seguidores do Partido Comunista a demonstração de indiferença total ou disfarce completo, esta indiciada com arroubos de coragem e segurança de convicção se apresenta como comunista praticante. E o atesta em qualquer solicitação; agitadora e subversiva não escondendo de maneira alguma seu propósito ideológico.[...]

- Sua coragem é um eloquente atestado da bravura com que prega as suas ideias, sua formação política a par de outra educacional deixa ver bem claro tratar-se de alguém cuja periculosidade no sentido da subversão nos faz compreender que o comunismo deseja ter mártires, pessoas que desinibidamente possam demonstrar por sacrifício, sem temor e rodeiros [...].

- Sua agressividade é tamanha que torna-se impossível relatar, melhor será ir aos autos, para ver até que ponto chega a sua ousadia, é mais um caso de Polícia que propriamente para se apurar seu espírito agitador. [...] Finalmente, a indiciada cujo comportamento inspira temor [...].

Nota-se novamente, que mesmo àquelas que possuíam destacada posição na militância, e que atuavam ativamente nos movimentos, tem atribuída à essa articulação uma suposta irracionalidade que fica evidente com a ênfase dada ao seu comportamento agressivo e amedrontador.

A análise dos indiciamentos trouxe um outro aspecto do discurso ideológico que, embora não seja o foco central deste trabalho, deve ser mencionado. No indiciamento da militante Raimunda Luzia de Brito, integrante do movimento estudantil universitário, a sua representação perpassa por questões de gênero e de raça (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p.169):

- Com 25 anos de idade, Assistente Social, (contratada pelo IDAGO), residente e domiciliada nesta Capital. Mulata - que quer ser branca.

[...]

Conclui-se que a indiciada esteve em todas as partes e em todos os meios, junto com comunistas e subversivos, irradiando a sua simpatia feminina e o seu saber vermelho.

Os militares imbuíram ao seu projeto de governo, a promoção de um país que vivia não somente uma democracia social, mas também racial. O racismo foi institucionalizado e a ditadura estabeleceu uma perseguição velada ao ainda incipiente movimento negro. As pautas raciais faziam parte da política progressista que foi desarticulada com a derrubada do presidente civil João Goulart e com a instauração do golpe (ABREU, 2021).

A despeito do tom jocoso e racista utilizado para descrever a militante, a expressão “simpatia feminina” nos é cara por evidenciar que a descrição das mulheres militantes era permeada pela observação das suas características físicas e subjetivas, e, neste caso, podemos inferir que o uso do termo nada tem a ver com uma visão positiva sobre a jovem, o contrário, quando atrelada ao “saber vermelho” é considerado um elemento que a torna mais perigosa.

A repressão construiu a imagem das mulheres militantes através da utilização de adjetivos pejorativos, com conotação sexista e sexual, transitando entre o completo desprezo pela mulher imoral, desvirtuada pelo comunismo, até o pesar pela condição da mulher ingenuamente aliciada pelo vírus implacável da subversão. A elaboração dessa imagem conta com a mobilização de um discurso que já existia socialmente, ocorrendo agora, a sua institucionalização por meio de práticas de estado.

Considerações Finais

Embora extensos, os estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil priorizam as análises dos grandes centros urbanos corroborando para a existência de uma lacuna historiográfica nos trabalhos sobre as cidades que não integram este eixo. Nesta perspectiva, fomos empelidos pelo desejo de trazer à cena principal, objetos de análise costumeiramente preteridos pela historiografia.

Partimos das tensões políticas vivenciadas em Goiás antes e depois da instauração do regime de exceção, que contribuíram para que o estado assumisse posição pioneira na resistência à repressão. Elucidamos que essa resistência foi protagonizada pela juventude goiana pertencente ao movimento estudantil. O slogan “Sejamos realistas, exijamos o impossível” (DUARTE, 1968, p.137) ilustra o ideário revolucionário de que os estudantes estavam imbuídos. Os exemplos vistos em Cuba e na URSS justificavam a luta incansável e a crença irremediável na possibilidade de mudar o mundo através da revolução proletária. O movimento estudantil esteve a frente não somente da resistência, mas foi representante ímpar do crescente envolvimento das mulheres com

a vida pública, sendo considerado, um dos principais meios de ingresso de jovens mulheres à política.

A análise da representação feminina nos IPM's confirmou a hipótese que apresentamos inicialmente, mostrando que o gênero incidiu e foi fator de diferenciação nos indiciamentos das mulheres militantes. Havia um discurso sexista responsável por ordenar a sociedade, e este foi incorporado pelos militares e institucionalizado, tornando-se um dos pilares do regime.

Referências

ABREU, Gabrielle Oliveira de. *O negro na ditadura: Um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime*. 2021, 162f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ARQUIVOS REVELADOS. *A Ditadura Militar em Goiás: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM's, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens*. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

ARRUDA, Antônio. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980,

BRANDÃO, Rodrigues Carlos. *O que é o método Paulo Freire?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OPSIS*, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 370-383, dez. 2015. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>>. Acesso em: 29 ago. 2022. doi:<https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836>.

CRUZ, Fabiola Peres da. *Jovens Estudantes do IEG: memórias do movimento estudantil (1964 A 1968)*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2013. <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1088>. Acesso em 2022-08-24.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DUARTE, Teresinha. Entre a realidade e a utopia: Goiânia em 1968. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *1968 faz 30 Anos*. São Paulo: Editora da UFSCar, 1998.

FICO, Carlos. *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/1971)*. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2001. <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1478.pdf>. Acesso em 2022-08- 25.

JOFFILY, Mariana. Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991) In: *Resistências, Gênero e Feminismos contra a ditadura*. Ana Maria Veiga; Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro (orgs). Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011, pp. 213-231.

MACIEL, David. A esquerda goiana nos anos 60/70: do nacionalismo estatista à luta contra a Ditadura Militar DOI10.5216/o.v14i1.29442. OPSIS, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 361-379, set. 2014 ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/29442>>. Acesso em: 30 ago. 2022. doi:<https://doi.org/10.5216/o.v14i1.29442>.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *1968 faz 30 Anos*. São Paulo: Editora da UFSCar, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, L. A. . *Autoritarismo e cultura política*. 1. ed.Porto Alegre: EDIPUCRS e FGV, 2013. v. 1. 348p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PRADO, Paulo Brito do. “Goiás que a história guardou”: mulheres, ditadura e cultura dos anos 1960. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil da análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. XII, nº 2, julho-dezembro/1990.

STUDART, Heloneida. *Mulher, objeto de cama e mesa*. Petrópolis/RS: Vozes, 1974.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In. *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe (orgs). Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.